



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

A PERMANÊNCIA DAS EXPROPRIAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA CRISE (2014-2022): OS IMPACTOS DO COMPLEXO DE SUAPE

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA¹

RESUMO

O presente artigo trata da permanência das expropriações das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape/PE entre 2014 e 2022. A metodologia foi baseada em pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados desse estudo revelam que esse megaprojeto manteve e atualizou os mecanismos expropriatórios utilizados no contexto da sua expansão (2007-2013) visando a expropriação total das comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Expropriação. Comunidades. Complexo de Suape.

RESUMEN

Este artículo aborda la permanencia de las expropiaciones de comunidades impactadas por el Complejo de Suape/PE entre 2014 y 2022. La metodología se basó en la investigación documental y bibliográfica. Los resultados de este estudio revelan que este megaproyecto mantuvo y actualizó los mecanismos de expropiación utilizados en el contexto de expansión (2007-2013) encaminada a la expropiación total de las comunidades.

PALABRAS CLAVE: Expropiación. Comunidades. Complejo de Suape.

INTRODUÇÃO

Observa-se que na realidade do capitalismo as desigualdades nos países periféricos sempre estiveram relacionadas ao avanço do capital sobre os territórios ocupados por

¹ Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

comunidades cujos modos de vida dependem diretamente da natureza. Neste movimento, o capital tem como intuito apropriar-se dos elementos essenciais à vida, como a terra, visando garantir a reprodução perpétua do capital, resultando, com isto, nas expropriações das comunidades. Este fenômeno está intrinsecamente relacionado à necessidade de expansão do capital, o qual busca submeter todo o planeta e suas riquezas naturais à sua lógica de acumulação (MÉSZÁROS, 2011).

Marx (2013, p. 786), no capítulo XXIV d'O Capital, destaca os processos de expropriação sobre os trabalhadores da terra através da apartação destes dos seus meios de vida e na apropriação desses meios de vida pelos capitalistas, afirmando que “[...] tão logo a produção capitalista esteja em pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a produz em escala cada vez maior”, evidenciando que faz parte da natureza do sistema capitalista perpetuar a lógica expropriatória. A permanência das expropriações está relacionada à busca pela maximização dos lucros, sobretudo em um contexto de crise do capital. Desse modo, neste artigo pretendemos tratar sobre a permanência das expropriações das comunidades tradicionais² no território onde hoje está o Complexo de Suape no contexto de sua crise entre 2014 e 2022.

O Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) está localizado no Brasil, mais especificamente no Nordeste, no estado de Pernambuco, região cuja formação não segue o padrão clássico dos países centrais, pois possui uma formação específica marcada pelas “deformações” dos processos coloniais e neocoloniais (FERNANDES, 2015). O CIPS inicia seu caminho sinuoso ao “desenvolvimento” na década de 1970, já neste período era indicado como solução para o baixo desenvolvimento de Pernambuco. Entretanto, foi nos anos 2000 que esse Complexo se expandiu devido à agenda econômica-política-social dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), os quais souberam aproveitar o *boom* do preço das *commodities* para impulsionar os investimentos públicos em megaprojetos.

² A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída através do Decreto nº 6.040, sancionada em 2007, define povos e comunidades tradicionais como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. A Convenção sobre Diversidade Biológica, ratificada pelo Brasil em 1998, afirma que os países que assinam essa Convenção devem “[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicional relevantes para a conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”. Comunidades tradicionais são, portanto, grupos que detêm parcialmente seus meios de produção e que tem na relação com a natureza sua forma de sobrevivência, fortalecendo outra lógica de propriedade e de sociabilidade pautada principalmente no valor de uso, ou seja, são comunidades que possuem relativa autonomia na manutenção de suas vidas.

Todavia, esse crescimento econômico, longe de simbolizar uma fratura na subordinação histórica da região Nordeste, evidenciou sua integração subordinada à dinâmica de desenvolvimento capitalista que é marcada por uma mundialização que também se regionaliza (PEREIRA, 2018). Essa subordinação ficou evidente com o grande número de expropriações das comunidades tradicionais no contexto de expansão do Complexo de Suape, entre 2007 a 2013, principalmente as que estavam localizadas na Zona Industrial (ZI) (SILVA, 2020).

A crise financeira internacional de 2008 passou a impactar a economia brasileira a partir de 2014, o que contribuiu para a derrocada do pacto de conciliação de classes implementado pelo PT, resultando no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Este golpe de Estado deu carta aberta a intensificação do neoliberalismo por meio da posse de Michel Temer, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (2016-2018) e a eleição de Jair Bolsonaro, do Partido Livre (PL) (2019-2022). Ademais, nos anos de governo Bolsonaro enfrentou-se a pandemia da COVID-19, a qual aprofundou ainda mais a crise.

Desse modo, o cenário de crise revelou-se na dinâmica do Complexo de Suape. Com o recuo dos investimentos estatais, houve a reconfiguração da forma do capital explorar o território, com o processo de desmonte e privatização das principais empresas instaladas em Suape nos anos de expansão e a abertura para o mercado das “energias verdes”. Nesse novo contexto, as expropriações se mantiveram atingindo as comunidades tradicionais que permanecem no território e que resistem à diversos casos de violações, como vem acontecendo nos Engenhos Ilha, Jurissaca, Cedro, Serraria e no quilombo Ilha de Mercês.

Com este trabalho objetivamos, a partir dos elementos do real, problematizar que mesmo após o *boom* dos investimentos públicos em Suape as expropriações se mantiveram revelando que estas expropriações estão encarnadas na própria dinâmica do Complexo de Suape. Não é nossa pretensão dar conta nesse trabalho de todos os elementos que envolvem essa análise, mas aportar uma contribuição que – no campo dos estudos críticos marxistas – busca desvelar as intrincadas mediações que compõem a realidade delimitada social e historicamente dos elementos que garantem a permanência das expropriações das comunidades no contexto da crise³. O que é, em nossa perspectiva, um desafio teórico e político de todos/as/es aqueles/as que lutam por outro mundo possível.

³ Esse artigo apresenta discussões encaminhadas no processo da escrita da tese de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Em nossa pesquisa discutimos sobre a particularidade das expropriações das comunidades tradicionais do território onde está o Complexo de Suape no contexto da crise, entre os anos de 2014 a 2022.

O COMPLEXO DE SUAPE, DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À EXPANSÃO: UMA HISTÓRIA DE EXPROPRIAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O estado de Pernambuco, assim como todo o Nordeste, está combinado desigualmente com as demais regiões do Brasil. Então, devido a essa condição imposta à região Nordeste, medidas estatais foram demandadas com o objetivo de amenizar as desigualdades. Dentre essas medidas, nos anos de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foram solicitados diversos estudos visando “resolver” a problemática relacionada à questão do desenvolvimento de Pernambuco (SANTOS, 2022). Com esta finalidade, o padre francês Louis-Joseph Lebreton foi convidado para desenvolver e coordenar uma pesquisa em Pernambuco intitulada “Estudos sobre desenvolvimento e implantação de indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste”.

Ao questionar a forte presença do setor canavieiro, os estudos de Lebreton contribuíram para a indicação de localizações onde se poderiam instalar novas empresas industriais em Pernambuco. Portanto, foi Lebreton, na década de 1950, o primeiro a apontar a importância de um modelo de porto-indústria, de acordo com os moldes europeus, com uma refinaria de petróleo bruto e um polo naval, chegando a afirmar que “[...] na altura do Cabo, existe um grande terreno a ser integrado no “Grande Recife”, ou seja, “[...] há um terreno extremamente favorável para um estaleiro naval e para receber provisoriamente os tanques de combustível, aguardando a construção de uma refinaria, cuja localização deveria ser talvez ao sul da baía do Pina, onde o porto deve se expandir” (LEBRETON, p. 68, 73, 2018).

Assim, em 1974 foi lançada a pedra fundamental do Complexo de Suape pelo então governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite (1971-1975), através do Decreto Estadual nº 2.845 e posteriormente o Decreto Federal nº 82899/78 que declarou os 13.500 hectares, existentes entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, como do Complexo de Suape. Em 1978 foi criada a empresa Suape, instituição pública de interesse privado, por meio da Lei Estadual nº 7.763, para conduzir e administrar o processo de implantação do Complexo, monitorando o desenvolvimento das obras e a implantação das atividades portuárias, além de assumir a gestão do território definido como do Complexo (RELATÓRIO DHESCA, 2018).

A localização do Complexo de Suape é considerada estratégica, pois se encontra interligado a mais de 250 portos em todos os continentes, há disponibilidade de extensas áreas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para a implantação de um grande parque industrial, além dos fatores ambientais como a profundidade natural do Porto Interno e externo. Desse modo, com a afirmação dos decretos teve início o processo de desapropriação dos 13.500 hectares, território marcado pela presença de agricultores/as, pescadores/as e quilombolas residentes nos antigos engenhos existentes no território. Então, foi nesse contexto, ainda na década de 1970, que teve início as expropriações das comunidades tradicionais existentes no território (SILVA, 2020).

Entretanto, foi nos anos 2000 que as expropriações das comunidades tradicionais existentes no território onde está o Complexo de Suape se intensificaram. Com os governos do PT e a nova agenda político-econômica-social o Nordeste brasileiro viveu um ciclo de crescimento econômico nesse período e Pernambuco foi um dos Estados que recebeu maior volume de investimentos especialmente para o Complexo Industrial e Portuário de Suape⁴, um megaprojeto voltado para a exportação de *commodities* a mercados consumidores acessíveis pelo mar (SILVA, 2020).

O sonho de Le Bret de uma refinaria e de estaleiros instalados ao sul da bacia do Pina, começou a ganhar concretude nos anos 2000, quando as instalações da Refinaria Abreu e Lima, através do acordo entre a Petrobras e a empresa pública Petróleos da Venezuela – PDVSA, da Petroquímica Suape (PQS), do Estaleiro Atlântico Sul (EAS) e do Estaleiro Promar tiveram início. Esses empreendimentos estão conectados a cadeia produtiva do petróleo em um momento no qual as perspectivas de crescimento da economia brasileira estavam apoiadas nas descobertas de petróleo no poço do campo petrolífero de Tupi no pré-sal em 2006 (SUAPE GLOBAL, 2009).

A instalação desses empreendimentos teve início antes da atualização do primeiro Plano Diretor que foi publicado em 1977 e que possuía diversas inconsistências, dentre elas a ausência de menção à existência das comunidades tradicionais no território. Foi só em 2011 que outro Plano Diretor foi publicado, o qual levava em consideração a situação dos anos de expansão, definindo o território entre zonas e setores: a Zona Industrial Portuária (ZIP); a Zona Industrial (ZI); a Zona Central de Serviços (ZCS); a Zona de Preservação Ecológica (ZPEC); a Zona de Preservação Cultural (ZPC); o Setor de Preservação Cultural (SPC); o Setor Especial Ambiental (SEA); e o Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS).

A ZIP e a ZI foram as partes do território que receberam a maior parte dos empreendimentos, como a Refinaria, a Petroquímica e o Polo Naval, por isso, foram os que mais expropriaram as comunidades tradicionais e desmataram a Mata Atlântica, as restingas e os

⁴ De acordo com o Relatório DHESCA (2018), os investimentos Estatais no Complexo de Suape, nas primeiras décadas dos anos 2000, foram de R\$ 307 milhões.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

manguezais. Segundo Silva (2020) foi nos anos de expansão do Complexo de Suape que houve uma grande onda de expropriações das comunidades, estima-se que 3.000 das 6.800 famílias foram expropriadas de sua terra, tanto intermediadas por promessas de emprego, de indenizações que demoraram para se concretizar ou nunca aconteceram, quanto por uso exclusivo da violência, sendo o Estado o principal agente desse processo.

As expropriações no território onde hoje é Suape, durante a fase de expansão desse megaprojeto, ocorreram, principalmente, durante as duas gestões de Lula (2003 a 2010) e a primeira gestão Dilma (2010 a 2014), pois no final de 2014, a crise internacional de 2008 impacta fortemente a economia brasileira, o que resultou na redução dos repasses federais para o Estado de Pernambuco⁵ e grandes transformações no cenário brasileiro (SILVA, 2020). O Complexo de Suape, então, passa a operar em um cenário de crise.

CRISE DO CAPITAL, CRISE POLÍTICA NO BRASIL E IMPACTOS NO COMPLEXO DE SUAPE (2014- 2022)

A ascensão do modo de produção capitalista nos países europeus ocorreu por meio da transformação das relações e práticas humanas mais elementares, um rompimento severo da relação dos seres humanos com a natureza. Sobrepôs-se à relação triádica humanidade, trabalho e natureza a relação de humanidade alienada, de trabalho alienado e de natureza alienada (FOSTER; CLARK, 2020). Surge, desse modo, um “novo modo específico de controle sociometabólico” fundado pela ascensão e desenvolvimento do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 98). De acordo com Marx (2013, p. 786),

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Dessa maneira, o processo que resultou na ascensão do capitalismo se deu através da expropriação dos trabalhadores da terra de seus meios de vida e de sua relação comunitária. Os meios de vida foram apropriados pelos capitalistas, tornaram-se propriedade privada. Segundo Mattos (2019, p. 39) “[...] a afirmação da propriedade privada capitalista só foi possível devido à

⁵ Dilma reduz repasses para Pernambuco, governado por potencial rival. Disponível em: <<https://politicalivre.com.br/2013/03/dilma-reduz-repasses-para-pernambuco-governado-por-potencial-rival/>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

completa destituição da maioria dos produtores diretos de qualquer propriedade que pudessem ter”.

No processo da acumulação primitiva a exploração da natureza e a expropriação dos povos originários existentes na periferia do capitalismo contribuiu para o desenvolvimento do sistema do capital que estava se fortalecendo na Europa. As expropriações na América Latina se expressam por meio do extrativismo que é um modelo econômico baseado na crescente apropriação da natureza e exploração da força de trabalho visando atender a demanda dos países centrais (SILVA, 2020). Portanto, as expropriações possuem particularidades dependendo do espaço no qual são engendrados, segundo Fernandes (2015, p. 92) “[...] a história não se ‘repete’ porque não havia razão para que ela se repetisse. Trata-se de uma outra história, a história do capitalismo nos países de origem colonial”.

Marx destaca em suas obras, sobretudo no Livro 1 d’O capital, que as expropriações são um elemento central para a gênese e a manutenção das relações de capital. Assim, os pressupostos que deram origem ao capital continuam a se apresentar enquanto resultado da própria realização do capital, transformam-se em processo contínuo. Então, a separação dos trabalhadores da terra dos seus meios de vida e a apropriação desses meios de vida pelos capitalistas é um elemento constituinte da relação capitalista e está contido no conceito de capital, pois “[...] tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 2013, p. 786).

A processualidade história que demarca o final do século XX, sobretudo a partir de 1970, e o momento atual, evidencia que o capitalismo vive não só uma crise cíclica em sua lei tendencial, mas uma crise sem precedentes na dinâmica de produção e reprodução do sistema capitalista, caracterizada por Mészáros (2011) como crise estrutural do capital. Diante dessa dificuldade, o capital aprofunda sua intervenção visando promover a penetração dos processos de mercado em todo o mundo vivido sobretudo através do capital financeiro.

A crise econômica instaurada em 2008, que teve início nos Estados Unidos devido as hipotecas, deve ser vista como o auge de um conjunto de crises que se tornaram mais frequentes desde 1970. Essa crise passou a impactar os países latino-americanos. No caso brasileiro, os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos anos de governo do PT, principalmente entre os anos de 2008 e 2009, fizeram com que a crise demorasse a chegar no Brasil. Entretanto, no final de 2014, a crise mundial impacta à economia brasileira (SILVA, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa crise econômica associou-se à crise política vivenciada no Brasil notória, principalmente, desde as Jornadas de Junho de 2013 e com a eleição acirrada para presidente em 2014 entre Dilma Rousseff e Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na qual Dilma venceu com uma pequena diferença dos votos. Todo esse cenário conduziu para a derrocada do pacto de conciliação de classes implementado pelo PT, resultando no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, através de um golpe de Estado de novo tipo. Com o golpe quem assumiu a presidência foi Michel Temer (2016-2018), que era o vice-presidente de Dilma. Temer, então, pôs em marcha o programa de hegemonia burguesa pautado na intensificação do neoliberalismo como resposta à crise (DEMIER, 2019).

Para dar continuidade a essa estratégia golpista, nas eleições presidenciais de 2018 quem venceu foi o candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL) (2019-2022). Por meio de seu caráter radical, Bolsonaro aprofundou a reforma do capitalismo brasileiro, favorecendo a entrega dos bens naturais e públicos para a iniciativa privada. Temer e Bolsonaro tiveram como mote de seus governos destruir, destruir todos os direitos e políticas sociais que foram estabelecidos ou fortalecidos nos anos de governo do PT. Além disso, durante o governo Bolsonaro, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava vivendo a pandemia do coronavírus (COVID-19)⁶. Nesse contexto pandêmico ficou nítido o processo de regressão civilizatória que impactou intensamente as populações mais pobres.

Assim como o crescimento econômico vivido nos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil impactou a região Nordeste, especialmente Pernambuco, favorecendo a expansão do Complexo de Suape, o novo contexto, marcado pela crise econômica, política e a intensificação da agenda neoliberal, também provocaram repercussões em Pernambuco, resultando em reconfigurações na forma do capital explorar o território onde hoje está Suape, evidenciando a impossibilidade de fugir da lei do desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKY, 1977) e da dialética do desenvolvimento desigual inter-regional (OLIVEIRA, 1981), as quais impõem um lugar específico para regiões consideradas periféricas na dinâmica do capital.

⁶ Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. Disponível em: <

Então, a partir de 2014 assiste-se a um processo de desaceleração em Pernambuco⁷ e, em seguida, de taxas de crescimento negativas (NETO; OLIVEIRA, 2018). Os maiores impactos decorrentes da crise na trajetória recente de Pernambuco se deram devido à diminuição dos repasses do governo federal, do governo do estado e da diminuição dos incentivos fiscais, impactando as atividades industriais que também sofreram constantes reduções nos seus níveis de produção, de acordo com Neto e Oliveira (2018, p. 39-40), “[...] os maiores impactos da crise ocorreram nas atividades industriais”, pois “[...] a indústria pernambucana seguiu trajetória similar à do país, registrando um processo de desaceleração no período considerado”.

Como foi supracitado anteriormente, a decisão do governo federal, em parceria com o governo estadual, em construir a Refinaria Abreu e Lima, devido à descoberta do pré-sal, fez com que se investisse na implantação da Petroquímica Suape e do polo naval, visando atender à dinâmica internacional do petróleo (GUIMARÃES; SANTOS, 2018). Entretanto, este processo se deu repleto de contradições, pois esses empreendimentos, devido à crise econômica e os problemas da Petrobrás, apresentaram imprevistos na finalização das obras. O Estaleiro Atlântico Sul teve pedidos cancelados, a Refinaria, por ser uma subsidiária da Petrobrás, sofreu com as investigações da Operação Lava Jato com suspeitas de que em seus recursos houve superfaturamento, pagamento de propina e outras irregularidades, por isso que a continuidade da segunda etapa de sua implantação foi interrompida e a Petroquímica foi a primeira atingida pelas privatizações a qual foi vendida para empresários mexicanos da Alpek (RECENA, 2018).

Dessa forma, no contexto da crise, o Complexo Industrial e Portuário de Suape teve impactos em sua dimensão industrial, contudo, no que diz respeito à dimensão portuária, a crise contribuiu para os processos de importação e exportação, tanto em âmbito regional quanto nacional e internacional. Então, mesmo diante desse cenário, “[...] Suape apresentou evidências de crescimento na sua movimentação portuária” (GALINDO; MARINHO, 2018, p. 270), evidenciando sua estreita relação com a exportação das *commodities*. Em 2020 este megaprojeto bateu um recorde histórico, contabilizando 25,6 milhões de toneladas, um aumento de 7,5% em relação à 2019, relacionado às movimentações ligadas aos grânéis líquidos, como etanol, gasolina e petróleo⁸.

⁷ Segundo Galindo e Marinho (2018, p. 248) “na trajetória recente da economia de Pernambuco, o estado vivenciou um virtuoso ciclo de crescimento iniciado em 2004 e interrompido apenas em 2015, quando seu Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda de 4.2%.

⁸ Com 25,6 milhões de toneladas movimentadas em 2020, Porto de Suape bate novo recorde histórico. Disponível em: <<https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1426-com-25-6-milhoes-de-toneladas-movimentadas-em-2020-porto-de-suape-bate-novo-recorde-historico#:~:text=Com%2025%2C6%20mil%C3%B5es%20de,Suape%20bate%20novo%20recorde%20hist%C3%B3rico>>. Acessado em: 02 de jan de 2021.

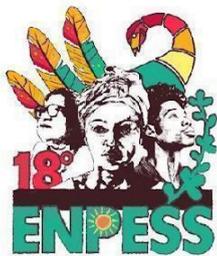
Esta dinâmica evidencia que crise e expansão do capital não se repelem. A crise revela a necessidade de construção de novos espaços de valorização do valor, seja através das expropriações das comunidades e das apropriações das terras e/ou de bens e serviços públicos para atender às grandes corporações transnacionais, evidenciando que as expropriações fazem parte da natureza do capital independente do contexto político e tende a se reproduzir em uma escala cada vez maior, impactando comunidades que já sofreram com tentativas de expropriação e que resistem por não haver outra alternativa, como é o caso das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape.

Na América Latina os megaprojetos têm cada vez mais se revelado enquanto agentes de expropriação, sendo o Complexo de Suape a expressão do capitalismo dependente na América Latina. Isto nos leva a concordar com Prado Júnior (1987, p. 91) quando afirma que as promessas de desenvolvimento “[...] embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança”.

COMPLEXO DE SUAPE E AS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA CRISE: EXPROPRIAÇÕES EMBALADAS PELO DISCURSO VERDE

Em meio a um cenário composto pela crescente presença de *containers*, navios, indústrias, zonas de “preservação”, pás-eólicas e monoculturas da cana-de-açúcar, r-existem comunidades tradicionais remanescentes dos antigos engenhos, compostas majoritariamente por pessoas negras, comunidades que apesar das intensas tentativas de expropriação permanecem residindo onde hoje se encontra o Complexo de Suape e preservam algumas características de seus modos de vida, como a relação com a pesca artesanal nos rios e no mar, a caça de marisco, a agricultura familiar, o extrativismo das frutas locais em campos com árvores de uso coletivo, a venda ou a troca de peixes, legumes, frutas e as relações comunitárias.

No Novo Plano Diretor do Complexo de Suape, publicado em 2022, alega-se que a presença de comunidades “[...] configura um desafio crítico que já vem sendo mediado” (p. 12). Na realidade, a presença das comunidades no território sempre representou um obstáculo para a pretensão de expansão do Complexo de Suape, todavia, no contexto da crise e de busca de retomada do crescimento, a expropriação total das comunidades remanescentes mostra-se fundamental para a apropriação do território visando a instalação de novas empresas e da efetivação da Zona de Preservação Ecológica (ZPEC), sendo este último um novo nicho de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acumulação no qual o Complexo visa se debruçar vinculado ao mercado de carbono (RELATÓRIO CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, 2022).

Mais de 10.000 pessoas permanecem no território onde hoje é Suape e convivem com diferentes formas de violações, como as comunidades do Engenho Ilha, do Engenho Jurrisaca, do Engenho Rosário, do Engenho Tabatinga, do Engenho Arendepe, do Engenho Boa Vista I, do Engenho Cedro, do Engenho Serraria e do Quilombo de Mercês (RELATÓRIO CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, 2022). Os métodos de expropriação que ocorreram no período de expansão se perpetuaram e adquiriram novas determinações, atingindo as comunidades tradicionais remanescentes. Os informativos publicados pelo Fórum Suape Espaço Socioambiental⁹ entre 2016 a 2022, o Relatório da Plataforma Dhesca Brasil intitulado “Complexos Industriais e Violações de Direitos: o caso de Suape – Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros, publicado em 2018, e o relatório Conflitos Socioambientais Provocados por Empreendimentos da Cadeia Produtiva do Petróleo no Complexo Industrial Portuário de Suape: um estudo de caso”, publicado em 2022 pelo Fórum Suape e a Organização de Mãos Dadas Criamos Correnteza, revelam que a expropriação é um traço contínuo e que se revela, sobretudo, por meio da violência. De acordo com o Relatório da DHESCA, “quem permanece no local sofre uma extensa lista de violações de direitos, a começar pela apropriação e contaminação industriais dos bens comuns necessários à perpetuação dos modos de vida tradicionais aos territórios” (p. 37).

O território do Complexo Portuário se manifesta, portanto, enquanto um espaço rígido e controlado, com a busca pela eliminação das “diferenças descartáveis”, com as singularidades antagônicas sendo sistematicamente perseguidas e permitidas quanto não representa uma ameaça ou impedimento aos projetos previamente definidos (SANTOS, 2022, p. 178).

Casas e cercas derrubadas, envenenamento de árvores frutíferas, poluição do ar e dos riachos, proibição de plantar, de pescar, de melhorar os sítios e de acessar áreas comuns de coleta de frutos e de pesca, invasão dos sítios, é uma realidade constante na vida das pessoas dos engenhos supracitados que resistem no território. Ademais, há a conduta de assédio da segurança privada de Suape, intitulada pela comunidade de “milícia de Suape” devido a forma

⁹ Fórum Suape Espaço Socioambiental é uma organização composta por várias organizações da sociedade civil, pesquisadores, entidades não-governamentais; surgiu em 2011 como forma de resistência ao processo de violação dos direitos das comunidades, à forma truculenta a qual os moradores do entorno de Suape e o meio ambiente são submetidos. E os boletins informativos têm por intuito denunciar e expor as violações cometidas contra as comunidades, divulgando, também, estratégias que podem ser usadas pelas comunidades no sentido de garantia da permanência no território. Disponível em: < <https://forumsuape.blogspot.com/p/fundadores.html> >. Acesso em: 25 jan. 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sempre hostil e violenta na abordagem com as comunidades. Os Engenhos Boa Vista I, Jurissaca, Ilha e Cedro, do município do Cabo de Santo Agostinho, denunciam as tentativas dos seguranças privados de Suape em impedir melhorias nos sítios das famílias remanescentes, com apreensão ilegal de materiais de construção e destruição de casas (RELATÓRIO DHESCA, 2018).

Além disso, há casos de expulsão violenta dos/as agricultores/as de suas terras com a afirmação de que é proibido a presença dos posseiros no território. Como muita gente foi expropriada nos anos anteriores, hoje as casas resistentes têm mais de 300 metros de distância uma das outras o que diminui a segurança coletiva e o apoio mútuo, uma vez que o objetivo da “milícia de Suape” é fazer com que as pessoas desistam de viver nos seus sítios e de produzir seus alimentos (RELATÓRIO DHESCA, 2018). Os remanescentes do território do Engenho Jurissaca, cerca de 43 famílias, receberam a promessa de indenizações para que saíssem da localidade, porém nada foi feito, já se passaram mais de 5 anos e a única ação feita por Suape é, como dito acima, tornar insustentável a vida desses posseiros para dar espaço à expansão do Complexo, como é exemplo instalação da Fábrica Áche, do ramo farmacêutico, que foi inaugurada em 2018 ocupando uma área de 250 mil metros anteriormente utilizada pela comunidade (INFORMATIVOS FÓRUM SUAPE, 2018).

As comunidades do Engenho Serraria, localizado no Cabo de Santo Agostinho, também relatam que a violência é o ponto mais crítico das tentativas de expropriação pelo Complexo de Suape. Este engenho está dividido em quatro áreas. A primeira, cujo nome também é Engenho Serraria, abriga 34 famílias de agricultores/as, mas antes das fortes expropriações nos anos de expansão a área já abrigou 250 núcleos familiares. A segunda área desse engenho denomina-se Engenho Propriedade Serraria, onde vivem pessoas que resistiram e não venderam suas casas à empresa Suape, totalizando 250 famílias nativas que são proprietárias da terra e vivem a partir do que produzem. As outras duas áreas caracterizam-se por ser uma ocupação mais recente, como a área Alto da Paz que é composta por famílias que vieram no período de alta oferta de trabalho na construção civil, a partir de 2011. A segunda, intitulada Vila Dois Irmãos, formada por 230 famílias de antigos engenhos que no passado foram indenizados por Suape, porém não se adaptaram a cidade devido as condições precárias em que viviam, no centro do Cabo, e voltaram para a região, um lugar que historicamente encontram as garantias mínimas de existência, sendo esta realidade não só do Engenho Serraria, mas de muitos outros, os quais vem passando pelo processo de retomada de terras (INFORMATIVO DO FÓRUM SUAPE, 2019). Todas essas quatro

regiões relatam os casos de violência pela “milícia de Suape”, pois o Complexo visa se apropriar completamente das áreas desse engenho (RELATÓRIO DHESCA, 2018).

O Quilombo Ilha de Mercês¹⁰, em Ipojuca, é uma comunidade centenária no território, surgiu, assim como as outras comunidades, do trabalho escravo e das resistências nos grandes latifúndios de açúcar existentes na região. Composto por mais de 900 habitantes, sendo a maioria pescadores/ras, marisqueiros/ras, catadores/ras de caranguejos e agricultores/ras, o Quilombo preserva seu modo de vida ligado às práticas extrativas, apesar dos impactos do Complexo de Suape no território (SANTOS, 2022). Devido a história de resistência do Quilombo de Mercês, o Complexo de Suape o determina como “[...] um dos pontos nevrálgicos que atualmente se manifesta no território do Complexo” (NOVO PLANO DIRETOR 2035, 2022, p. 22), ou seja, um dos principais obstáculos para a garantia da expansão desse megaprojeto, sendo, portanto, um território intensamente em disputa.

Este quilombo está localizado na Zona Industrial (ZI) e na Zona Industrial Portuária (ZIP), por isso há a permanência das expropriações das famílias que resistiram nesse território sobretudo através da violência, pela milícia de Suape, que encurrala a comunidade, impedindo que reformem suas casas, assim como vem impedindo a prática da agricultura e da pesca dentro e fora do território, tornando a garantia do sustento cada vez mais difícil. Ademais, a comunidade é impactada pela apropriação de suas fontes de água, como a cacimba de Melo, a qual passou a ser usada exclusivamente pela Refinaria Abreu e Lima, como também a comunidade convive com a emissões de poluentes no ar e vazamento de óleo por esta Refinaria (RELATÓRIO CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, 2022).

A política ambiental da empresa Suape e do Governo do Estado de Pernambuco também se tornaram ferramenta de expropriação das famílias no Engenho Ilha. Nos anos de expansão do Complexo de Suape houve uma grande devastação da Mata Atlântica, da restinga e do manguezal, o que levou a sociedade civil organizada a ajuizar uma denúncia junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Pernambuco que forçou a empresa Suape a assinar um Termo de Compromisso o qual prevê “a quitação do passivo ambiental da empresa de acordo com um plano de restauração florestal que amplia a Zona de Preservação Ecológica (ZPEC), e a viabilização da implementação da Unidade de Conservação do Engenho Ilha. Este processo tem

¹⁰ A CRQ Ilha de Mercês foi certificada pela Fundação Palmares e está em processo de titulação do território pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta certificação foi um instrumento legal que possibilitou a permanência da comunidade.

favorecido a continuidade das expropriações, pois para viabilizar a ZPEC e a Unidade de conservação é necessário retirar as comunidades dos seus sítios (RELATÓRIO DHESCA, 2018).

Então, com o discurso verde de preservação e conservação, o Complexo de Suape tem forçado as comunidades a saírem de suas terras. Segundo o Relatório Conflitos Socioambientais Provocados por Empreendimentos da Cadeia Produtiva do Petróleo no Complexo Industrial Portuário de Suape: Estudo de caso, as pessoas que vivem historicamente no Engenho Ilha vêm sofrendo com a proibição da pesca e do extrativismo na área conhecida como “João Grande”, nesta mesma área os moradores estão sendo proibidos de expandir seus roçados, de melhorar suas casas e, muitas vezes, de permanecer no local, devido o avanço do Complexo no território em nome da “preservação”.

CONCLUSÃO

Uma análise da trajetória de expansão e crise do Complexo de Suape revela que os avanços do capital sobre o fundo público e os bens comuns da natureza permaneceram, pois faz parte da essência do capital expandir-se, drenando os bens comuns e intensificando a exploração da força de trabalho. Desse modo, a permanência das expropriações está relacionada à busca pela maximização dos lucros no contexto de crise do capital, refuncionalizando seus discursos e assegurando investimentos em setores seguramente rentáveis, a exemplo das energias verdes. Para tanto, apropria-se dos territórios existentes na periferia do capitalismo e, contraditória e dialeticamente, expropria comunidades que desenvolvem um metabolismo direto com a natureza, em atividades voltadas ao autoconsumo.

Com a crise torna-se evidente que há uma necessidade constante de expansão da base social do capital e da necessidade de capturar recursos e territórios estratégicos para a sua expansão. Portanto, apropriação ocorre concomitantemente à expropriação, processo que vai além da expulsão dos trabalhadores de suas terras, abarca a conversão dos elementos essenciais à vida em propriedade privada. Evidencia-se, portanto, que faz parte do sistema capitalista expandir sua base expropriatória, sobretudo em um contexto de intensificação do neoliberalismo.

Através da privatização dos empreendimentos estruturadores instalados nos anos de expansão do Complexo e da abertura para o mercado das “energias verdes” e das empresas do ramo farmacêutico, realizou-se uma reconfiguração na forma do capital explorar o território, conectada a dinâmica de intensificação do neoliberalismo, difundindo o discurso de que é



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

impossível permanecer no território não só devido à necessidade de expansão senão que em razão da necessária preservação da área.

Porém, apesar das expropriações serem inerente à história do Complexo de Suape, elas não se reproduzem da mesma forma, adquirem novos elementos de acordo com o momento histórico, evidenciando que “ni todo nuevo, ni siempre igual” (GALAFASSI, 2020, p. 7). A utilização da política ambiental e do discurso verde para garantir a completa expropriação das comunidades remanescentes é um elemento novo que revela o atual momento histórico do capitalismo, o qual, diante da crise ecológica, vem se utilizando da pauta ambiental para garantir a sua perpetuação, expulsando quem de fato garante a preservação da natureza do território onde hoje está Suape.

Dessa forma, as expropriações não só se reproduzem, também se ampliam, e as crises revelam-se motores de propagação do capital, de expansão da base social e da apropriação dos meios de produção. Ao dizimar as experiências ancestrais das comunidades tradicionais, dizima-se também “[...] uma grande parcela da nossa própria humanização” (FONTES; MIRANDA, 2014, p. 313). A expropriação das comunidades tradicionais resulta no esvaziando de nossas referências sobre outras formas de propriedade e de relação com a natureza e em comunidade. Por isso, é fundamental garantir a sua defesa, posto que nos revelam outras possibilidades de ser para além do capital, elas que estão segurando a queda do céu e adiando o fim do mundo.

REFERÊNCIAS

INFORMATIVOS MENSAIS - FÓRUM SUAPE (2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021). Disponível em: <<https://forumsuape.blogspot.com/p/boletins-informativos.html>>. Acessado em: 28 de Nov de 2016.

BRASIL. A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>>. Acessado em: 03 de mai de 2022.

BRASIL. Decreto Nº 6040, do 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm/>. Acesso em: 06 dez. 2017.

DEMIER, F. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

FERNANDES, F. **Poder e contra poder na América Latina**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

FONTES, V.; MIRANDA, A. C. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. **Revista Tempus**: actas de saúde coletiva, v. 8, 214.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global: intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. **Revista Theomai**, 2012.

GALINDO, O.; MARINHO, G. Dinâmica territorial nas regiões de desenvolvimento. In: ARAUJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (Orgs.) **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: Cepe, 2018.

GUIMARÃES, P. F.; SANTOS, V. M. Dinâmica dos investimentos na economia de Pernambuco: 2000-2017. In: ARAUJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (Orgs.) **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: Cepe, 2018.

LEBRET, L.J. Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste. In: ANDRADE, F. J.; ARAUJO, T. P. **Diálogos com Le Bret 60 anos depois**. Recife, Cepe, 2016.

MARX, K. [1818-1883]. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETO, L. G.; OLIVEIRA, F. L. A dinâmica da economia e transformações relevantes. In: ARAUJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (Orgs.) **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: Cepe, 2018.

NOVO PLANO DIRETOR – SUAPE 2035. Disponível em: <<https://www.suape.pe.gov.br/pt/transparencia/plano-diretor#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20SUAPE%202035,Complexo%20Industrial%20Portu%C3%A1rio%20de%20Suape>>. Acessado em: 20 de jul de 2023.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, E. M. **A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2018.

RECENA, J. Prefácio. In: ARAUJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (Orgs.) **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: Cepe, 2018.

RELATÓRIO DHESCA COMPLEXOS INDUSTRIAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS: o caso de Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Curitiba: Plataforma DHESCA Brasil, 2018. Disponível



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/12/relatorio_suape_WEB_v3.pdf>. Acessado em: 05 de jan de 2020.

RELATÓRIO Conflitos Socioambientais Provocados por Empreendimentos da Cadeia Produtiva do Petróleo no Complexo Industrial Portuário de Suape: Estudo de caso. Disponível em: <<https://demaosdadas.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Forum-Suape-Livreto.pdf>>. Acessado em: 25 de jun de 2024.

SILVA, R. G. O. **“O Estado nunca se vê, mas aparece sempre a tirar-nos as nossas coisas”:** o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SANTOS, L. P. S. S. **Entre choques, apagamentos e irrupções:** o caso da região de Suape e do quilombo ilha de mercês. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

SUAPE GLOBAL/SUAPE LOCAL – O Caminho Sinuoso do Desenvolvimento Integrado. EcoPolis Master em Políticas ambientais e territoriais para a sustentabilidade e o desenvolvimento local, 2009. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudosecopolis_suapeglobal.pdf>. Acessado em: 09 de mai de 2018.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.